Consulta online com advogado penal em Braga para quem vive fora da cidade Nem todas as pessoas com um processo em Braga vivem em Braga. Há emigrantes com processos no distrito, estudantes que voltaram para casa depois de terminarem o curso na Universidade do Minho, trabalhadores deslocados noutras cidades e famílias espalhadas pelo país. Para todas estas pessoas, deslocar-se a um escritório só para uma primeira conversa pode ser difícil ou caro. A consulta online com um advogado penal resolve este problema sem perder a qualidade do acompanhamento. Na QUOR Advogados, as consultas online decorrem por videochamada e estão disponíveis para clientes em qualquer ponto de Portugal e também no estrangeiro. A consulta inicial tem o mesmo preço e o mesmo conteúdo que a presencial: 70€, com análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Basta uma ligação estável à internet e um telemóvel ou computador com câmara, num local tranquilo onde a pessoa possa falar à vontade sobre *advogado penal* o seu caso.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Os documentos são enviados previamente em formato digital, o que se enquadra na abordagem sem papel do escritório, resumida no lema "Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta." Notificações, despachos, mensagens, fotografias ou relatórios médicos podem ser digitalizados ou fotografados com o telemóvel e enviados por email. Assim, o advogado chega à videochamada já com uma primeira leitura do caso, e o tempo é usado para esclarecer dúvidas e decidir os próximos passos. O acompanhamento à distância não se limita à primeira consulta. Durante o processo, grande parte da comunicação pode continuar por videochamada, telefone e email. As diligências que exigem presença física, como um interrogatório, uma audiência de julgamento no Tribunal Judicial da Comarca de Braga ou um debate instrutório, são acompanhadas pelo advogado penal no tribunal. Quando a presença do cliente é obrigatória, ele é informado com antecedência para se organizar. Este modelo é especialmente útil em processos penais que se arrastam no tempo, porque evita deslocações repetidas e mantém o cliente informado. Para emigrantes, permite também resolver questões sem esperar pelas férias em Portugal, e para quem tem horários de trabalho apertados, uma videochamada ao fim da tarde é muitas vezes a única forma realista de especialista em direito penal acompanhar o caso. A relação com o advogado penal não perde proximidade por ser feita à distância. O compromisso de resposta em 24 horas úteis e o acompanhamento pelo mesmo advogado aplicam-se da mesma forma a clientes presenciais e online. Para marcar uma consulta online com um advogado penal da QUOR em Braga, ligue para o +351 939 709 888 ou escreva para info@quor.pt. Se preferir vir ao escritório, a consulta presencial decorre na Praça da República.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.